
Políticas Linguísticas em Angola: um balanço crítico de 50 anos de independência (1975-2025)

*Linguistic Policies in Angola: a critical assessment of 50 years of independence
(1975-2025)*

*Politiques Linguistiques en Angola : un bilan critique de 50 ans d'indépendance
(1975-2025)*

Eduardo David Ndombele¹

Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge, Angola

eduardondombele422@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa as políticas linguísticas em Angola durante os primeiros cinquenta anos de independência, entre 1975 e 2025. O problema central reside na persistência do português como única língua de instrução e administração, apesar do contexto multilingue do país e da ausência, até 2010, de um diploma legal que o oficializasse formalmente. O objectivo geral é refletir sobre as implicações desse modelo no sistema de ensino e despertar o debate entre académicos e decisores sobre a necessidade de reformas inclusivas. Utilizando um método de pesquisa bibliográfica e análise documental, a investigação examina o percurso histórico desde a adopção da língua oficial por razões de unidade nacional até ao cenário actual. Os principais resultados demonstram que a imposição de uma língua única em todos os níveis de ensino ignora a realidade linguística das comunidades e pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo e cultural das crianças. Conclui-se que o Estado angolano carece de uma política linguística clara que integre as línguas locais nos circuitos formais. Como medida de solução, propõe-se a cooficialização das principais línguas nacionais e a implementação de um sistema de ensino bilingue, visando garantir os direitos linguísticos dos cidadãos e promover uma educação mais ajustada à identidade e às necessidades da população angolana.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; Ensino bilingue; Identidade cultural.

¹ Pós-Doutorado em Letras. Doutor em Inovação Educativa. Docente afecto ao Departamento de Letras Modernas e Ciências Sociais.

Abstract

This study analyzes linguistic policies in Angola during the first fifty years of independence, between 1975 and 2025. The central problem lies in the persistence of Portuguese as the sole language of instruction and administration, despite the country's multilingual context and the absence, until 2010, of a legal diploma formally officializing it. The general objective is to reflect on the implications of this model for the education system and to spark debate among academics and policymakers regarding the need for inclusive reforms. Using a bibliographic research method and documentary analysis, the investigation examines the historical path from the adoption of the official language for reasons of national unity to the current scenario. The main results demonstrate that the imposition of a single language at all levels of education ignores the linguistic reality of communities and may hinder the cognitive and cultural development of children. It is concluded that the Angolan State lacks a clear linguistic policy that integrates local languages into formal circuits. As a solution, the co-officialization of the main national languages and the implementation of a bilingual education system are proposed, aiming to guarantee the linguistic rights of citizens and promote an education more tailored to the identity and needs of the Angolan population.

Keywords: Linguistic policies; Bilingual education; Cultural identity.

Resume

Cette étude analyse les politiques linguistiques en Angola durant les cinquante premières années d'indépendance, entre 1975 et 2025. Le problème central réside dans la persistance du portugais comme seule langue d'instruction et d'administration, malgré le contexte multilingue du pays et l'absence, jusqu'en 2010, d'un diplôme légal l'officialisant formellement. L'objectif général est de réfléchir aux implications de ce modèle pour le système éducatif et de susciter un débat parmi les universitaires et les décideurs sur la nécessité de réformes inclusives. En utilisant une méthode de recherche bibliographique et d'analyse documentaire, l'enquête examine le parcours historique depuis l'adoption de la langue officielle pour des raisons d'unité nationale jusqu'au scénario actuel. Les principaux résultats démontrent que l'imposition d'une langue unique à tous les niveaux d'enseignement ignore la réalité linguistique des communautés et peut entraver le développement cognitif et culturel des enfants. Il en résulte que l'État angolais manque d'une politique linguistique claire intégrant les langues locales dans les circuits formels. Comme solution, la co-officialisation des principales langues nationales et la mise en œuvre d'un système d'enseignement bilingue sont proposées, visant à garantir les droits linguistiques des citoyens et à promouvoir une éducation plus adaptée à l'identité et aux besoins de la population angolaise.

Mots-clés : Politiques linguistiques; Enseignement bilingue; Identité culturelle.

Introdução

Angola, país situado na África Austral com uma extensão territorial de 1.246.700 km², carrega uma história profunda que remonta a antigos reinos como o do Ndongo. Etimologicamente, o nome do país provém do termo kimbundu *Ngolo*, que significa "força", personificada na figura do Rei Ngola Kiluanje. Após cinco séculos de colonização portuguesa, a conquista da independência a 11 de novembro de 1975 marcou o início de uma nova era administrativa, hoje estruturada em 21 províncias. No entanto, a soberania política não resolveu de imediato a complexidade da sua matriz identitária, especialmente no que tange à língua. A principal questão que orienta esta reflexão é: por que razão, passados 50 anos, as línguas nacionais ainda não foram plenamente integradas no sistema de ensino como forma de garantir os direitos linguísticos dos cidadãos que não têm o português como língua materna?

A relevância deste estudo justifica-se sob múltiplas perspetivas. Do ponto de vista científico-académico, a investigação preenche uma lacuna no balanço das políticas públicas pós-independência. Socialmente, justifica-se pela necessidade de inclusão de comunidades rurais e periurbanas onde o domínio do português é escasso, enquanto economicamente a eficiência do sistema de ensino e a consequente redução do desperdício escolar (reprovações e abandonos) depende da compreensão linguística dos alunos. Pessoalmente, a pesquisa nasce da observação das limitações no sucesso escolar e na justiça linguística. O problema reside na manutenção do português como língua exclusiva de instrução, o que gera barreiras cognitivas e comunicativas que comprometem o rendimento académico e perpetuam formas de exclusão e marginalização cultural.

O objectivo geral desta investigação é analisar o impacto das políticas linguísticas angolanas ao longo de cinco décadas de independência, avaliando a eficácia do modelo actual face à realidade multilingue do país. Especificamente, pretende-se: i) descrever o percurso histórico-legal da língua portuguesa e das línguas nacionais no ordenamento jurídico angolano; ii) identificar os principais obstáculos à implementação de um ensino bilingue; e iii) propor estratégias para a cooficialização das línguas locais no sistema educativo. Defende-se a hipótese de que a ausência das

línguas nacionais nos currículos constitui uma violação de direitos fundamentais, enquanto a sua introdução progressiva, sustentada por autores como Ndombele (2022) e Timbane (2015), favoreceria a aprendizagem e a afirmação identitária. Este estudo qualitativo de natureza bibliográfica estrutura-se, além desta introdução, em revisão de literatura, discussão dos resultados e conclusão.

Enquadramento Teórico

As acções visíveis de surgimento de política linguística em África, resultou praticamente da divisão do continente entre as potências europeias no século XIX. Além de seus efeitos económicos e políticos negativos, essa partilha teve consequências particularmente profundas para a educação. Hoje, passados mais de 50 anos após as independências do continente africano a continuação de políticas linguísticas baseadas em inglês, espanhol, francês e português que eram então as principais âncoras da colonização continuam de uma forma obstinada servir de guia em todas as esferas da vida pública dos africanos. Seria insensatez pensar que o nosso desenvolvimento terá maior eficiência se permanecermos estritamente dependentes dessas línguas. Não se trata de uma xenofobia linguística pelo contrário, devemos incentivar a coexistência de línguas africanas e línguas europeias em nossos sistemas educacionais, dando prioridade à primeira. Isso requer uma revisão completa das políticas em vigor e, em seguida, a implementação concreta das novas políticas linguísticas.

Segundo Calvet (2002, p. 145), a política linguística define-se como um “conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planificação linguística [como] a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao acto”. Para o autor, embora diversos grupos sociais possam elaborar tais políticas, “apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas” (Calvet, 2002, p. 145).

Ao discutirmos a política linguística enquanto política de línguas, atribui-se à linguagem um sentido político intrínseco, não existe a possibilidade de uma língua não estar afectada pelo político, constituindo-se como um corpo simbólico-político que fundamenta as relações sociais e históricas. Assim, as formas sociais são significadas por sujeitos históricos no espaço político dos seus sentidos.

A perspectiva de Calvet (2002) é fundamental para compreender que a política linguística transcende a mera escolha de uma língua, configurando-se como um verdadeiro acto de soberania estatal sobre os domínios centrais da vida social. Ao distinguir claramente a decisão política da sua concretização prática a planificação linguística, o autor fornece ferramentas analíticas essenciais para compreender as discrepâncias entre o discurso oficial e a realidade do uso e da gestão das línguas em Angola, particularmente nos sectores da educação e da administração pública.

Na perspectiva de Ezequiel Bernardo (2018), a aplicação das políticas linguísticas em Angola não é um fenómeno recente, mas um processo histórico que teve início no período colonial, quando o Estado português instituiu a língua portuguesa como instrumento central de dominação, civilização e controlo social. Decretos como o de 14 de agosto de 1845 e o de Norton de Matos (1921) estabeleceram a exclusão sistemática das línguas africanas do espaço escolar e administrativo. No período pós-independência, embora o português tenha sido mantido como língua oficial e de escolarização, registaram-se avanços pontuais na valorização das línguas nacionais, nomeadamente com a criação do Instituto Nacional das Línguas, em 1979, e a aprovação dos alfabetos nacionais pela Resolução n.º 3/87. Todavia, apesar do reconhecimento jurídico da diversidade linguística consagrado na Constituição de 2010, a integração efectiva das línguas nacionais no ensino permanece limitada, revelando uma continuidade estrutural entre o legado colonial e as práticas linguísticas do Estado angolano contemporâneo.

Em Angola, o Português é a única língua usada na administração, na imprensa e na escola, como sucedia durante o período colonial. Esta política colonial deixou algumas consequências, tais como:

- A inexistência de uma ortografia normalizada para as línguas nacionais.
- A inexistência de escolas que utilizem as línguas nacionais; neste contexto, “enquanto o angolano aprendia a cultura portuguesa, perdia a sua própria cultura e nem assimilava a fundo a cultura portuguesa”
- Nestas circunstâncias, eram, na prática, inexequíveis outras soluções a não ser a de adoptar a Língua Portuguesa como língua oficial.

A política linguística preocupa-se com a relação entre o poder e as línguas, ou mais propriamente, com as grandes decisões políticas sobre as línguas e seus usos na sociedade: que línguas podem ou não podem ser usadas em determinadas situações, oficiais ou não; em como línguas são promovidas ou proibidas, a partir de acções sobretudo do Estado sobre seus falantes (política de status); em como línguas são instrumentalizadas para determinados usos (política de corpus).

Após a conquista da independência, Angola adoptou uma política linguística de tipo exoglóssico, promovendo exclusivamente o uso do português como língua oficial do Estado. Tal orientação teve implicações significativas no contexto escolar, especialmente para os alunos inseridos em comunidades multilingues. De modo geral, os falantes de línguas bantu para os quais o português é uma língua segunda ou ocasional utilizam o idioma apenas em contextos formais e restritos, como a escola ou os serviços administrativos. Essa limitação compromete a aprendizagem, a inclusão e o sucesso escolar, sobretudo no ensino primário. Diante desse cenário, a cooficialização das línguas nacionais mais faladas, como o Kikongo, Umbundu, Kimbundu, Tchokwe e Ngangela, poderia representar um avanço na promoção de uma educação linguística mais equitativa e inclusiva. Tais línguas, ao receberem o estatuto de línguas oficiais, facilitariam a integração dos alunos ao sistema de ensino e promoveriam a valorização da diversidade linguística no espaço escolar. (Ndombele, 2022)

A presença portuguesa em Angola e suas políticas

Presume-se que seja no final de 1482 que o português Diogo Cão, terá chegado com a sua armada ao foz do Rio Zaire, a que primeiro chamou Rio do Padrão, por ali ter colocado uma pedra, assinalando a chegada dos portugueses. Não tinha intérprete para compreender os falantes desta região, mas conseguiu perceber a atitude destes povos através das palavras de boas-vindas aos ilustres visitantes e admiração dos mesmos por causa da sua pigmentação da pele. Por isso, enviou alguns mensageiros para saudarem o Rei do Congo e ficou à espera deles na povoação chamada Mpinda.

O século XIX, permitiu Portugal começar a aplicar a sua política imperialista de tornar a Língua Portuguesa a língua mais importante e nacional em todas as colónias, iniciando assim com o processo glotófagico propriamente dito silenciando as línguas dos encontrados (autóctones) e legislando contra estas línguas fazendo da língua portuguesa como uma língua de elite.

O Acto Colonial definiu um quadro jurídico-institucional geral que sustentou uma política de assimilação cultural profundamente marcada pela negação da historicidade africana. Ao pretender “converter” o africano em europeu, o colonialismo português partia do pressuposto de que as sociedades africanas eram destituídas de sistemas culturais, políticos e epistemológicos válidos. Assim, toda a organização social tradicional, o direito consuetudinário e as línguas africanas foram considerados entraves ao progresso e, por isso, alvo de desestruturação sistemática.

No entendimento da administração colonial, o processo de assimilação desenvolvia-se em três fases: a destruição das sociedades tradicionais, a inculcação da cultura portuguesa e, por fim, a integração dos africanos considerados “destribalizados” e “luzitanizados” na ordem colonial. Esta lógica assentava numa hierarquização cultural que atribuía superioridade à língua, à escola e aos valores europeus, relegando as línguas e culturas africanas para o estatuto de atraso.

Esta política produziu uma clivagem social profunda ao dividir os africanos entre “indígenas” e “assimilados”. O termo indígena, embora etimologicamente signifique “aquele que é natural do lugar”, foi instrumentalizado pelo sistema colonial para legitimar a exclusão jurídica, política e cultural da maioria da população africana. A assimilação não visava a integração plena, mas a criação de uma elite reduzida, culturalmente alienada das suas matrizes e funcional à manutenção da dominação colonial (Ndombele, 2017).

É precisamente contra esta negação da história e da humanidade africanas que se insurge Joseph Ki-Zerbo, ao afirmar, de forma emblemática, que “a África tem uma História”. Para o autor, a colonização europeia construiu-se sobre a ideia de que África era um espaço sem passado e, portanto, sem legitimidade cultural e política própria. Ao negar a história africana, o colonialismo legitimou a imposição da sua língua, dos

seus valores e dos seus modelos educativos como se fossem universais e superiores (Ki-Zerbo, 2006).

Nesta perspectiva, a política de assimilação colonial pode ser compreendida como uma estratégia de des-historicização e des-culturalização, na medida em que procurava romper a continuidade histórica das sociedades africanas e substituir as suas referências identitárias por modelos exógenos. Ki-Zerbo alerta que nenhum projecto de desenvolvimento pode ser sustentável se estiver fundado na negação das culturas e das línguas próprias dos povos africanos. Daí a sua defesa da necessidade de “reinventar uma África nossa”, capaz de responder às suas próprias necessidades históricas, sociais e culturais, e não aos interesses de elites formadas à margem das realidades locais.

Assim, a crítica de Ki-Zerbo permite compreender que a política de assimilação não foi apenas um instrumento administrativo, mas um projeto ideológico de dominação cultural e linguística, cujos efeitos se prolongam no período pós-colonial. A superação deste legado exige, portanto, políticas educativas e linguísticas que reconheçam a centralidade das línguas e culturas africanas como fundamentos da identidade, da cidadania e do desenvolvimento.

Tendências de imposição da língua do colonizador antes da independência

De acordo com o investigador angolano Vatomene Kukanda (1988), a glotofagia entendida como a destruição ou enfraquecimento das línguas locais em benefício da língua do colonizador desenvolveu-se em três fases distintas.

A primeira fase, designada por colonialismo nascente, caracteriza-se pela rápida ocupação do território através da instalação de grupos militares e administrativos, seguidos por comerciantes, sobretudo nos centros urbanos. É em torno desses grupos que se inicia a “batalha linguística”. Forma-se, então, uma classe de colaboradores locais que, por necessidade ou interesse, passa a utilizar a língua do invasor. Em primeiro lugar, destacam-se as chamadas burguesias compradoras e, paralelamente, outros grupos sociais que, por motivos semelhantes, também aprendem a língua dominante. Esse primeiro estágio é, portanto, sobretudo o resultado de uma condição económica, já que a língua colonial é adotada por aqueles que estão mais próximos do

poder ou que com ele interagem (administradores, grandes comerciantes e criados). Nesse período, o bilinguismo atinge apenas um pequeno grupo de indivíduos, enquanto a maioria da população permanece monolíngue em suas línguas de origem. O segundo estágio, que Kukanda denomina de horizontal, caracteriza-se pelo recuo das línguas locais em função de uma escala geográfica: a cidade contra o campo. Nessa fase, verifica-se a tendência de certos grupos sociais em abandonar a língua dominada e adotar exclusivamente a língua colonial, criando um novo monolinguismo. Ao mesmo tempo, as classes populares urbanas, até então monolíngues nas línguas locais, começam a adquirir progressivamente a língua do colonizador.

A terceira e última fase representa a síntese das anteriores, isto é, a consolidação do recuo das línguas dominadas e a expansão da língua colonial em múltiplos domínios da vida social. Analisando o pensamento de Kukanda, pode-se compreender que nenhum administrador colonial, por mais longa que fosse sua permanência em determinado espaço, teria poder absoluto para aniquilar a cultura de um povo e destruir totalmente as suas línguas. O caso de Angola, com cerca de cinco séculos de presença colonial, mostra que, apesar da imposição da língua portuguesa, sempre existiram focos de resistência linguística e cultural. Exemplo disso encontra-se no Reino do Ndongo, através da liderança da Rainha Nzinga Mbandi, uma das figuras mais emblemáticas da história de Angola, cuja luta simboliza a resiliência cultural e linguística do povo angolano diante da pressão colonial.

Na sua carta enviada ao Governador português Fernão de Sousa, em fevereiro de 1629, a soberana africana afirma:

Ao v/Governador, Sr. Fernão de Sousa. Ide dar-lhe este meu recado. E dissei-lhe também que o nome de Ana de Sousa que o outro me quis oferecer não pegou. Não podia pegar. O mesmo sucede com as minhas irmãs: a Kambu não quer o nome de Bárbara; a Fuxi manda dizer que o seu nome é mesmo Fuxi. Que ide aplicar o nome de Engrácia às vossas filhas que ides parindo, vós outros. Mau grado os esforços todos meus para uma possível conciliação entre vós e nós, entre as vossas coisas e as nossas. Mas gostaria eu de vos perguntar se já vos capacitastes de que estais a bater-vos por uma razão da qual nunca saireis vitoriosos. Talvez seja melhor lembrar-vos de que os filhos de meu pai não desistirão jamais de combater; havemos todos de lhe seguir o exemplo. A todo o custo defenderemos a independência e a liberdade da terra de nossos pais e avós (Pacavira, 1985, citado por Kukanda, 1988, p. 56).

Hodiernamente, observa-se que muitos angolanos tendem a preferir antropónimos de matriz europeia, como *Lindeza Chaves*, em detrimento de nomes de origem africana, como *Matumona Muzingo*. Esta escolha, longe de ser meramente individual, pode ser interpretada como um reflexo histórico de processos de assimilação que contribuíram para a erosão das características linguísticas e culturais que estruturam a identidade dos povos angolanos.

A resistência expressa na carta atribuída à rainha Nzinga Mbande evidencia que a recusa da imposição onomástica colonial já constituía, no século XVII, um ato político consciente de defesa cultural. Tal posicionamento permite compreender como a política colonial portuguesa, orientada por um projeto de dominação cultural, banalizou e deslegitimou os antropónimos locais. Com efeito, os decretos emanados pela administração colonial angolana integravam uma estratégia mais ampla de supressão das línguas nativas, consideradas uma ameaça ao sistema colonial, reforçando a assimilação linguística como instrumento de controlo social.

Política exoglóssica em Angola: entre a catequese, a escola e o silêncio das línguas nacionais

As políticas linguísticas actuais em Angola refletem, em grande medida, a herança deixada pelas práticas coloniais. Durante a administração de Norton de Matos, foi promulgado o Decreto 77 de 1921, que instituiu uma política de forte imposição da língua portuguesa e de marginalização das línguas locais, numa época em que Angola ainda era considerada província ultramarina. Após a independência, em 1975, o país manteve de forma quase linear esse modelo exoglóssico, consolidando o português como única língua oficial e de escolarização. Assim, as marcas coloniais permanecem visíveis, influenciando até hoje o ensino, a administração e a vida sociolinguística angolana. Apresento alguns exertos do decreto:

Artigo 1º, ponto 3 É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa.

Ponto 4 É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.

Artigo 2º –Não é permitido ensinar, nas escolas de missão, línguas indígenas.

Artigo 3º O uso das línguas indígenas é permitido apenas como linguagem falada na catequese e, de forma auxiliar, no período inicial do ensino da língua portuguesa.

Parágrafo 1º – É vedado, na catequese, nas escolas de missão e em qualquer relação com indígenas, o emprego das línguas locais por escrito ou de qualquer outra língua que não seja o português, seja em folhetos, jornais, folhas avulsas ou manuscritos.

Parágrafo 2º Os livros de ensino religioso não são permitidos em outra língua que não a portuguesa, podendo, no entanto, ser acompanhados de versão paralela em língua indígena.

Parágrafo 3º O emprego oral das línguas indígenas, referido no corpo do artigo, bem como a versão paralela em língua indígena, só são permitidos de forma transitória, enquanto não se generalizar entre os indígenas o conhecimento da língua portuguesa. Compete aos missionários substituir progressivamente, em todas as relações com os indígenas, o uso das línguas locais pela língua portuguesa.

Artigo 4º As disposições dos artigos anteriores não impedem trabalhos linguísticos ou investigações científicas, ficando, porém, reservado ao governo o direito de proibir sua circulação caso, mediante inquérito administrativo, se conclua que tais trabalhos podem prejudicar a ordem pública, a liberdade ou a segurança dos cidadãos e populações indígenas.

Estes incisos ilustram de forma clara a natureza exoglósica da política linguística colonial em Angola, caracterizada pela imposição da língua da potência colonizadora o português como única língua oficial, de ensino e de prestígio social.

A política colonial portuguesa adoptava o princípio da assimilação, que tinha três objetivos fundamentais: Eliminar as línguas nacionais como instrumentos de ensino e escrita, restringindo o seu uso apenas à oralidade e de forma transitória;

Promover o português como única língua legítima, associada à civilização, à religião e ao poder estatal;

Desintegrar as sociedades tradicionais, enfraquecendo os sistemas culturais e identitários locais, impondo a cultura e valores portugueses.

A proibição explícita do ensino e da escrita das línguas indígenas revela uma tentativa de glotocídio ou glotofagia, isto é, destruição sistemática das línguas africanas. Essa

política reforçava a marginalização linguística das populações, mantendo a maioria em situação de exclusão educativa e social, já que o acesso ao português era limitado e reservado a pequenas elites urbanas (Ndombele, 2022).

Por outro lado, a permissão “transitória” do uso oral das línguas nacionais na catequese ou como auxiliares no ensino inicial demonstra que as línguas locais eram vistas apenas como instrumentos provisórios, destinados a desaparecer com o avanço da lusofonia.

No contexto angolano actual, essas medidas explicam em grande parte por que, após 50 anos de independência, o país ainda enfrenta dificuldades em valorizar as línguas nacionais no sistema educativo. A herança colonial consolidou o português como língua hegemónica de escolarização, administração, justiça e comunicação social, ao passo que as línguas nacionais permanecem marginalizadas, restritas ao uso familiar e comunitário.

Assim, Angola enquadra-se no modelo de política linguística exoglóssica, pois adota a língua do colonizador como única língua oficial e de ensino, mesmo sendo um país multilíngue e multicultural, onde coexistem diversas comunidades etnolinguísticas. O resultado é um quadro de diglossia estrutural, em que o português ocupa o “alto prestígio” e as línguas nacionais são relegadas a papéis de baixo prestígio, perpetuando desigualdades sociais e culturais.

Procedimentos metodológicos

O presente artigo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, sustentada em pesquisa bibliográfica e documental, articulada com a experiência profissional do investigador no campo da educação e das políticas linguísticas em Angola. A pesquisa insere-se no paradigma qualitativo, uma vez que busca compreender fenómenos sociais, históricos e linguísticos a partir da interpretação crítica de textos legais, documentos históricos e produções académicas, sem recurso à quantificação estatística de dados. Importa salientar que a análise é enriquecida pela experiência profissional do pesquisador no sistema educativo angolano, acumulada ao longo de vários anos de observação e pesquisa na área. Esta vivência permitiu: uma leitura contextualizada das políticas linguísticas;

a identificação de continuidades e rupturas entre o passado colonial e o presente; uma interpretação crítica ancorada na realidade empírica, ainda que não formalizada por instrumentos de recolha de dados primários.

Apresentação e Discussão dos resultados

A política educativa de qualquer país resulta de escolhas estratégicas que refletem o projeto de nação que se pretende construir. Em Angola, conforme sublinha Ndombele (2022), a escola configura-se simultaneamente como espaço de socialização e como arena discursiva, onde linguagem e pensamento se articulam na produção e reprodução do conhecimento. Nesse contexto, a sala de aula não é neutra: a comunicação que nela circula, mediada pela interação entre docentes e discentes, materializa-se na distribuição simbólica da palavra e contribui para a legitimação de determinadas línguas em detrimento de outras, reforçando hierarquias linguísticas historicamente construídas.

A primeira grande reforma educativa angolana, iniciada em 1977, procurou romper simbolicamente com a herança colonial portuguesa por meio da democratização do acesso e da gratuidade do ensino. Essa orientação política traduziu-se num forte investimento na massificação escolar, entendida como condição essencial para a construção de uma cidadania nacional. Contudo, o prolongado conflito armado comprometeu seriamente esse projeto, degradando infraestruturas escolares, fragilizando a formação de professores e impondo sucessivas migrações internas. Como assinala o INIDE (2003), esses deslocamentos populacionais concentraram mais de metade da população estudantil nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla, acentuando a pressão sobre uma rede educativa já insuficiente e aprofundando os desequilíbrios regionais na oferta de ensino.

Nesse cenário de reconstrução nacional, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01) representou um marco na transição de um modelo de inspiração socialista para um contexto de economia de mercado. A lei instituiu seis subsistemas, abrangendo da educação pré-escolar ao ensino superior, e alargou a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino até ao primeiro ciclo do ensino secundário. Do ponto de vista formal, o diploma reafirma princípios como o laicismo do ensino e

admite a introdução das línguas locais e da Língua Gestual Angolana no sistema educativo.

Todavia, apesar desse reconhecimento normativo da diversidade linguística, a Lei n.º 13/01 mantém o português como a única língua de escolarização obrigatória. Esta opção revela uma tensão estrutural entre o discurso legal de valorização da pluralidade linguística e a prática efetiva de escolarização, que continua a privilegiar exclusivamente a língua herdada do período colonial. Tal escolha levanta questões relevantes sobre inclusão, equidade e sucesso escolar, sobretudo num país em que uma parte significativa dos alunos ingressa no sistema educativo com línguas maternas distintas do português.

Deste modo, a política educativa angolana, embora marcada por avanços significativos no acesso à escolarização, continua a reproduzir desafios históricos no domínio linguístico. A centralidade exclusiva do português no espaço escolar contribui para a marginalização simbólica das línguas nacionais e pode funcionar como um fator de insucesso escolar, particularmente nos primeiros níveis de ensino. A discussão sobre políticas educativas em Angola exige, portanto, que se pense a língua não apenas como meio de instrução, mas como elemento estruturante de identidade, poder e justiça social.

Para Ndombele (2022), a opção do Estado angolano pelo português como língua exclusiva de ensino gera múltiplas tensões sociolinguísticas, com impactos diretos no percurso escolar, na identidade cultural e na equidade educativa. Essas tensões manifestam-se de forma particularmente aguda nos contextos rurais e periurbanos, onde a maioria das crianças ingressa no sistema educativo tendo como línguas maternas línguas bantu nacionais.

Em primeiro lugar, observa-se um fenómeno de exclusão linguística e cultural, na medida em que muitas crianças entram na escola sem qualquer oportunidade de aprender a ler e a escrever nas suas línguas de socialização primária. A escola, ao desconsiderar essas línguas, fragiliza os vínculos identitários dos alunos e transmite implicitamente a ideia de que os seus repertórios linguísticos são inadequados ou inferiores ao padrão escolar dominante.

Em segundo lugar, verifica-se um quadro de desmotivação e frágil desenvolvimento cognitivo. O ensino inicial numa língua imposta, que não corresponde à língua do quotidiano do aluno, tende a reduzir a motivação para a aprendizagem, comprometer a fluência leitora e dificultar a produção textual. Além disso, limita a capacidade de expressão espontânea, uma vez que o aluno é obrigado a construir o pensamento escolar numa língua que ainda não domina plenamente.

Acresce a este cenário a presença de interferências linguísticas, resultantes da transferência negativa das línguas bantu para o português. Estas interferências manifestam-se nos planos fonético, morfossintático e lexical, refletindo dificuldades de mediação entre os saberes locais e os conteúdos académicos veiculados pela escola. Longe de serem encaradas como recursos pedagógicos, essas marcas linguísticas são frequentemente interpretadas como erros, reforçando práticas avaliativas excludentes. Ndombele (2022) sustenta que as crianças desenvolvem de forma mais sólida competências linguísticas e cognitivas quando o ensino inicial ocorre na língua do lar. A alfabetização em língua materna não apenas facilita a formação de conceitos fundamentais, como também funciona como uma ponte eficaz para o domínio de línguas adicionais, incluindo o português, reconhecido como requisito central de integração social, económica e institucional em Angola. Ignorar essa evidência científica contribui para a reprodução das desigualdades educativas e compromete os objetivos oficialmente declarados de democratização do ensino.

Neste sentido, aos 50 anos de Independência, torna-se imperativo repensar as políticas linguísticas educativas à luz da justiça social e da inclusão. Qualquer política linguística comprometida com esses princípios deve avançar para a institucionalização de programas de educação bilingue, que articulem as línguas bantu locais com o português, especialmente nos primeiros anos de escolarização. Tal abordagem permitiria reconciliar unidade nacional e diversidade linguística, transformando a escola num espaço efetivamente inclusivo e culturalmente significativo.

Conclusões

Este estudo teve como objectivo refletir e fazer um balanço crítico das políticas linguísticas em Angola ao longo dos primeiros cinquenta anos de independência (1975–2025), procurando compreender as implicações da hegemonia do português no sistema educativo e nos principais domínios da vida pública. O problema central que orientou a investigação foi a persistência da imposição de uma única língua o português num contexto marcadamente multilingue, sem uma política linguística clara e eficaz que integrasse as línguas nacionais nos espaços formais.

O balanço desses cinquenta anos revela um quadro ainda confuso, sobretudo no sector da educação, onde se manteve, de forma contínua, o ensino exclusivamente em língua portuguesa desde o ensino primário até ao ensino superior. Esta realidade tem produzido situações recorrentes de exclusão linguística, uma vez que muitos alunos ingressam na escola sem domínio do português, enfrentando dificuldades na compreensão dos conteúdos, na leitura e na escrita, o que compromete o seu percurso escolar e o desenvolvimento cognitivo. A mesma lógica monolingue estende-se à administração pública, aos serviços hospitalares e ao Parlamento, onde o uso exclusivo do português reforça a sua hegemonia e limita o acesso pleno de cidadãos que se expressam prioritariamente em línguas nacionais.

Os resultados do estudo indicam que, apesar do reconhecimento simbólico das línguas nacionais em alguns diplomas legais e iniciativas pontuais, Angola perdeu, ao longo destas cinco décadas, a oportunidade de clarificar e operacionalizar uma política linguística verdadeiramente inclusiva. A manutenção do português como única língua de escolarização e de comunicação institucional não eliminou a diversidade linguística, mas antes aprofundou desigualdades sociais, educativas e culturais.

Conclui-se, portanto, que a democratização do ensino e dos serviços públicos em Angola passa necessariamente pela redefinição das políticas linguísticas do Estado. A cooficialização das principais línguas nacionais e a implementação progressiva de um sistema de ensino bilingue constituem caminhos viáveis para garantir os direitos linguísticos dos cidadãos, promover maior inclusão social e alinhar o sistema educativo com a realidade sociolinguística do país. Que o jubileu dos cinquenta anos de



independência sirva, assim, como ponto de viragem para reflexões mais profundas e decisões políticas capazes de romper com o paradigma monolinguê vigente.

Referências bibliográficas

- Calvet, L. J.(2022). As políticas linguísticas. Florianópolis: Ipl; São Paulo: Parábola
- Bernardo, E. (2018). Políticas linguísticas para o ensino bilingue em Angola (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina
- Kukanda, V.(1988) . Introdução à Sociolinguística. CDI / Lubango
- Kizerbo, J. (2006). Para quando a África? Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas.
- Ndombele E. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa - nº 31 - 2017
- Ndombele E. (2022). A problemática de Ensino de Português para alunos das zonas fronteiriças de Angola. Tese de Doutoramento apresentado na Faculdade de Educação e Comunicação da UCM- Nampula. Mz
- Timbane, A. A. (2015). A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções Revista Calidoscópio, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 92-103 Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Recebido: 07/08/2025

Aceite: 13/04/2025



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Multidisciplinar N´Kwa Zayi.